

RESENHA



Criminalização da resistência em *Calibã e a bruxa*

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Ana Caroline Gimenes Machado*

Silvia Federici, autora de *Calibã e a bruxa*, é uma intelectual italiana militante de tradição feminista marxista autônoma. Seu livro foi fruto de uma cuidadosa pesquisa realizada durante quase três décadas, tendo sido idealizado, inicialmente, como uma colaboração para o movimento feminista, o qual se debruçava sobre a luta em favor da libertação das mulheres e, contra à subordinação das mulheres aos homens. Por conseguinte, pretendia revelar, por meio de uma valiosa análise histórica, que o tratamento desigual e injusto que é dispensado às mulheres na sociedade capitalista é resultado da formação do capitalismo, estabelecido sobre diferenças sexuais existentes e recuperado para desempenhar novas funções sociais.

A autora assegura que a exploração do corpo feminino é inerente ao sistema capitalista, visto que, foi e permanece sendo necessária para implantação, conservação e existência da lógica do capital, ainda que conviva com a resistência feminina, consubstanciada em seus corpos e saberes. A investigação mostra que os assassinatos perpetrados contra as mulheres sob a justificativa da chamada caça às bruxas foi uma das ferramentas de opressão às mulheres durante a formação do capitalismo, uma vez que eram detentoras de conhecimentos de métodos contraceptivos e eram “naturalmente”, produtoras de mão de obra, ao gerarem aqueles que seriam usados como força de trabalho, além de exercerem gratuitamente os serviços domésticos.

Neste sentido, a obra se ocupa, precipuamente, em revelar o cariz exploratório durante o desenvolvimento capitalista que se utiliza do mecanismo da exacerbação de violência e guerra contra às mulheres para baratear as despesas da produção do trabalho, tendo em vista que estas representavam o sujeito primário, conforme mostra a autora. O livro também expõe o

* Assistente Social, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), especialista em Assistência Social e Direitos Humanos pela PUC-Rio, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS - PUC-Rio). E-mail: anacaroline.gimenes. m@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3489-1193>.

processo de colonização da América, a extrusão dos camponeses europeus dos seus “bens comuns” e a gradativa transformação do corpo proletário em uma máquina de trabalho, com a qual era possível obter parques recursos para sobrevivência.

Na introdução apresenta que o título “Calibã e a bruxa” advém da peça de William Shakespeare *A tempestade* (1611), fazendo referência a dois personagens da peça: Calibã e sua mãe, Sycorax. Federici compreende que Calibã representa um símbolo de resistência à lógica capitalista, e sua mãe, a poderosa bruxa argelina, que na peça aparece de forma menosprezada, revela a dimensão sexista que o capital estabelece com os sujeitos femininos.

A autora resgata o processo da passagem do feudalismo para o capitalismo sob a perspectiva das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva, tendo em relevo os marcos conceituais feminista, foucaultiano e marxista para elaboração de toda a análise contida no livro. Nele é estabelecida uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo, a crise de reprodução, as lutas sociais do período feudal tardio e a formação do proletariado.

Embora seu estudo esteja ancorado na teoria marxista para analisar as mudanças geradas pelo surgimento do capitalismo nas relações econômicas e sociais, sua perspectiva analítica se distancia de Marx ao considerar a acumulação primitiva sob a ótica das implicações que as transformações provocaram na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho, perspectiva essa que, a autora assevera não ter sido abordada por Marx, uma vez que, sua leitura ficou restrita ao proletariado de sexo masculino e ao desenvolvimento da produção de mercadorias, desconsiderando a importância da perseguição às bruxas para o progresso do capitalismo.

A autora ressalta que as mulheres sempre foram vistas de forma socialmente subalterna e exploradas de maneira análoga à escravidão, o que leva a repensar a história das relações capitalistas. A questão histórica analisada como fulcral para esta obra versa sobre a perseguição e execução de centenas de milhares de mulheres, consideradas “bruxas” no início da Era Moderna, a qual ocorre no mesmo período do advento do capitalismo. A caça às bruxas assegurou a contenção da participação e da resistência feminina, as quais eram habituais nas sociedades em quase todo o mundo, inclusive serviu para extinguir o controle que as mulheres haviam alcançado sobre sua função reprodutiva.

Em sua crítica a Foucault, argumenta que, a diferenciação sexual era suprimida de seu discurso sobre a sexualidade, além de praticamente desprezar qualquer crítica às relações de poder. Ademais, afirma que somente através de grandes supressões históricas, a teoria foucaultiana poderia ser defendida, dentre as quais, a autora destaca a supressão da caça às bruxas e do discurso sobre a demonologia na sua análise sobre o disciplinamento do corpo.

O capítulo inicial – O mundo precisa de uma sacudida: os movimentos sociais e a crise política na Europa medieval – descreve a história

dos embates enfrentados pelo proletariado medieval contra o poder feudal, os quais fomentaram as primeiras experiências de forma organizada que objetivava provocar as normas sexuais dominantes. As lutas sociais da Idade Média pleitearam uma ordem social igualitária, a qual tinha seus fundamentos na distribuição da riqueza e na recusa ao autoritarismo e a todas as formas de hierarquização. E apesar dessas lutas terem sido aplacadas pela aliança formada entre a burguesia e a nobreza, a autora ressalta que puseram em crise o sistema feudal.

Neste capítulo, também, são abordadas a saída do sistema escravagista para o desenvolvimento da servidão, que se caracterizou pela concessão aos servos do acesso direto aos meios de sua reprodução, tendo o trabalho como cerne de sua luta; a relação feudal sob uma base contratual, que levou a substituição dos serviços laborais por pagamentos em dinheiro e suas consequências negativas como as diferenças de classe; e o papel fundamental de resistência desempenhado pelos movimentos heréticos na luta antifeudal.

Discute ainda, a tentativa eclesiástica ao longo da história de regular o comportamento sexual das mulheres; o lugar de proeminência que as mulheres ocupavam na história da heresia; a solidariedade e preocupação mútua entre os trabalhadores, estabelecida em meio às lutas urbanas; a crise do trabalho como a principal consequência da peste negra; e como o consentimento estatal para o estupro coletivo de mulheres pobres enfraqueceu a solidariedade de classe obtida na luta antifeudal.

No segundo capítulo – A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres: a construção da “diferença” na “transição para o capitalismo” – a autora problematiza que diante de uma crise de acumulação que se estendera por mais de um século na Baixa Idade Média, a economia feudal estava fadada a se decompor, levando a classe dominante europeia lançar mão da ofensiva global, que durante três séculos constituíra as bases para o capitalismo mundial.

Explana como a acumulação primitiva se traduziu em uma imensa acumulação de força de trabalho; aponta que a guerra e a privatização da terra causaram empobrecimento da classe trabalhadora, a qual protestava através da derrubada de cercas, o que representava o conflito de classes. Cabe ressaltar que, alguns protestos eram absolutamente femininos. A divisão entre produção e reprodução engendrou uma classe de mulheres proletárias, que não tinham acesso aos salários, e a desvalorização do trabalho reprodutivo, desvalorizou a força de trabalho.

São abordados ainda neste capítulo o fenômeno da Revolução dos Preços, representando um colapso nos salários reais e revoltas por comida, lideradas por mulheres; a intervenção estatal na reprodução do trabalho por meio da assistência aos pobres e a criminalização da classe trabalhadora; a preocupação com a diminuição da população, e a intervenção do Estado na supervisão da sexualidade, da vida familiar, e da procriação,

que havia sido posta à serviço da acumulação capitalista, criminalizando as mulheres que tinham controle sobre a contracepção.

A desvalorização do trabalho feminino levou à massificação da prostituição e, posteriormente, sua criminalização, o que culminou no surgimento da figura da dona de casa como bem comum e da reconfiguração da família como espaço de produção da força de trabalho. Soma-se a isso a degradação dos direitos das mulheres e sua perda de poder social por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço. E a caça às bruxas desempenhou o papel crucial na construção de sua nova função social e na deterioração de sua identidade social. Aborda ainda, a questão do sexo, raça e classe nas colônias.

O terceiro capítulo – O Grande Calibã: a luta contra o corpo rebelde – versa sobre o que Michel Foucault delineou como disciplinamento do corpo, o qual possibilitou o desenvolvimento capitalista. Corroborando com este raciocínio, Federici utiliza o pensamento marxista para abordar a alienação do corpo como uma característica marcante da relação entre capitalista e trabalhador. O trabalho passou a ser concebido como uma força dinâmica que possuía um desenvolvimento ilimitado e o corpo era compreendido como matéria imóvel e estéril que se inclinava à inércia, a menos que se aplicasse sobre ela uma força.

Assinala que a perseguição das bruxas representou o pináculo da intervenção estatal contra o corpo proletário na Era Moderna, destacando que o proletariado era o Grande Calibã da época, visto como um material bruto, desordenado, que deveria ser oferecido ao Estado para reconfigurá-lo para ser melhor aproveitado. A autora ressalta que neste processo, o corpo foi gradativamente se tornando o objeto limite da disciplina social.

No quarto capítulo – A grande caça às bruxas na Europa – sinaliza o motivo pelo qual o fenômeno da caça às bruxas foi dissimulado por diversos historiadores, sendo desvelado somente com o advento do movimento feminista. Chama a atenção que, em sua maioria, os historiadores marxistas não estabeleceram uma relação entre a caça às bruxas e os seus estudos sobre a luta de classes, desconsiderando que a perseguição às bruxas ocorreu concomitante ao processo de colonização e massacre das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao início do tráfico de escravos, à implementação das Leis Sangrentas, e ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

São debatidas as questões centrais que levaram a caça às bruxas ter sido um dos acontecimentos mais relevantes para o desenvolvimento da sociedade capitalista e da constituição do proletariado moderno. Mostra o papel desempenhado pela Igreja ao estimular a perseguição, mas também revela a cooperação ativa do Estado nas execuções. Os julgamentos e as sentenças atrozmente dispensadas às mulheres representaram uma ofensiva à sua resistência contra às relações capitalistas e contra o poder que alcançaram através de sua sexualidade, controle sobre a reprodução e sua capa-

cidade de cura, sendo esses três últimos vistos como recursos e postos sob o domínio do Estado, produzindo uma nova ordem patriarcal. Ressalta que os crimes reprodutivos assumiram posição de relevo nos julgamentos das bruxas, pois o útero deveria estar a serviço do aumento populacional e da acumulação da força de trabalho, seu corpo havia sido expropriado.

A bruxa era a parteira, a mulher que evitava a maternidade, a mendiga e a mulher que exercia sua sexualidade fora do casamento, sem procriar. Era vista como o sujeito social mais perigoso, já que era considerada menos controlável. A autora ainda elucida o intercâmbio entre a ideologia da bruxaria e a ideologia racista, desenvolvida sobre o solo da Conquista e do tráfico de escravos. A caça às bruxas cessou no final do século XVII quando a disciplina social foi restituída e a classe dominante solidificou sua hegemonia.

No quinto e último capítulo – Colonização e cristianização: Calibã e as bruxas no Novo Mundo – a autora propõe que o recurso de incriminação por adoração ao demônio foi utilizado antes mesmo do fenômeno da caça às bruxas se espalhar massivamente pela Europa, com o intuito de atacar inimigos políticos e aviltar populações inteiras. Neste sentido, mostra o nascimento dos canibais na lógica da colonização e a expropriação dos excedentes dos bens dos “índios”. As mulheres eram as principais inimigas do domínio colonial, e graças à sua resistência as antigas crenças puderam ser preservadas.

Assegura que a experiência americana provocou uma intensificação no fenômeno da caça às bruxas na Europa, durante a segunda metade do século XVI, aderindo ao extermínio daqueles que cruzavam seu caminho, como uma estratégia política, importada do Novo Mundo por parte dos Estados europeus. A caça às bruxas na América perdeu força a partir do século XVIII, quando os inquisidores avaliaram que elas não significavam mais uma ameaça para o domínio colonial. Contudo, foi nesse período que a bruxa estava se transformando em uma praticante africana do *obeah*, um ritual que os colonos consideravam um estímulo à rebelião.

Federici afirma que a expansão global do capitalismo através da colonização e da cristianização garantiu que esta perseguição fosse introjetada no corpo das sociedades colonizadas, e exemplifica que a caça às bruxas permanece até hoje na África como artifício da agenda neoliberal para expansão do capitalismo e usurpação dos recursos naturais. A autora finaliza, salientando que o fenômeno da caça às bruxas evidencia uma forma de criminalização da resistência e que essas manifestações estão muito próximas a nós.

DOI: 10.12957/rep.2021.56069



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.